

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JUNHO DE 2000**

*Senhora Ruth Cardoso; Senhores Ministros de Estado, tão numerosos, aqui presentes; Senhor Chefe Interino da Casa Civil; Senhor Secretário Executivo do Programa Comunidade Solidária, Osmar Terra; Senhores Parlamentares; Prefeitos; Senhoras e Senhores; especialmente os Senhores Governadores que aqui se encontram,*

Queria dizer poucas palavras. Primeiro, de agradecimento pela presença numerosa aqui, dos Prefeitos, dos Governadores e das Prefeitas também e, sobretudo, de agradecimento ao Doutor Osmar Terra, por ter levado adiante esse programa de Comunidade Ativa. Creio que as palavras do Governador Dante de Oliveira foram de uma eloquência e de uma generosidade que me dispensam de tecer qualquer consideração adicional. E agradeço ao Governador Dante de Oliveira pelo que disse. Mas a verdade é que esse programa é um programa que, realmente, há de se enraizar no Brasil.

O Governador Dante fez algumas menções que eu creio que merecem uma certa reflexão. De fato, pede-se muito aos governantes que não sejam clientelistas, que não sejam sectários, que olhem para os

problemas da maioria, que cuidem daquilo que é mais importante na base mais pobre do Brasil. Quando os governantes se dedicam a isso, normalmente isso não se reflete de imediato, e a sensação que muitas vezes dá é a de que o governante não está olhando para o pequenininho, para o povo, para o mais pobre. Faz-se uma algazarra imensa a respeito de outras questões que, talvez, não sejam tão importantes quanto essas.

É preciso ter, como nós temos tido – e digo nós, aqui, no plural, porque é assim mesmo –, a coragem da persistência e da convicção de que se está fazendo o que o Brasil precisa. E o Brasil precisa de sementes. E sementes, o quanto possível, que frutifiquem em árvores de cultura perene, como disse o Governador, para parafraseá-lo. E é isso que está fazendo o Doutor Osmar Terra.

Não é fácil. Nós, aqui, hoje, estamos celebrando pactos com um certo número de municípios, dez. São 150, nessa primeira fase. Chegaremos a mil, em pouco tempo. Como selecionamos isso? Os que mais necessitavam. A partir de quê? De critérios objetivos: do índice de desenvolvimento humano, os mais pobres.

Não se perguntou se era os que têm o maior número de eleitores, porque não são. Não se perguntou se os estados são governados por governadores cujos partidos apóiam o governo, porque não é o caso. Aqui, não estamos unidos por partidos. Estamos unidos pela mesma vontade de servir ao povo e ao Brasil. Não se fez discriminação nem se fez clientelismo, nem sectarismo. Fez-se algo que creio que é decisivo, mesmo, que é uma mobilização da população, como disse o Governador Dante de Oliveira.

É difícil. Falar é fácilimo. Para nós, então, que viemos da cátedra, é elementar. Agora, fazer é que é o problema. E o fazer é que requer as características que o Governador Dante mencionou: coragem, convicção, persistência e crença no rumo.

Quando se vai colher isso? Não sei. Quem vai colher? Também não sei. O povo, certamente. Quando será reconhecido esse esforço? A História dirá, se é que vai ser, se é que o esforço será um esforço realmente capaz de obter resultados. Mas nós temos que fazer. E o Brasil precisa disso.

É claro que isso não pode ser feito como se fosse o único modo de atuar na área social. Até porque ele é lento. É necessariamente lento, é um trabalho de preparação das almas, não é só de distribuição de bens materiais, é de preparação dos espíritos, para que as pessoas possam participar, ajudar a deliberar. É um trabalho lento.

E este Brasil é imenso. Tem 5.507 municípios. Mesmo quando digo: vamos fazer em mil municípios, é uma quinta parte do Brasil. Então, ele não pode dispensar outros programas. E, aqui, alguns foram mencionados. São muitos, talvez até em demasia, talvez precisássemos de uma convergência deles, coisa que faremos brevemente, no que diz respeito a um certo número de municípios das regiões mais pobres do Brasil. Não para substituir o Comunidade Ativa, porque é insubstituível, mas para complementar.

Faremos uma série de convergências das nossas políticas sociais, sempre nas áreas mais carentes do Brasil. Mas repito: não para substituir o Comunidade Ativa, porque este é o caminho certo. É o caminho que, realmente, vai permitir um enrijecimento da sociedade, no bom sentido, de as pessoas serem capazes, elas próprias, de dizer o que querem e de ajudar a obter o que elas querem, o que elas desejam.

Mas nós precisamos, na verdade, também de outros programas que, mais depressa e mais amplamente, alcancem as populações. Já muitos estão sendo feitos, vamos fazê-los convergir. Mas repito: para complementar. E o caminho é este, da Comunidade Ativa.

Finalmente, eu queria tecer umas pouquíssimas considerações, a respeito dos temas que foram aqui mencionados, que é a questão relativa à pobreza e à necessidade de nós mobilizarmos a população.

Tive a oportunidade, recentemente, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de fazer uma palestra. E andei coligindo uns dados, ou coligiram por mim alguns dados que eu queria ver, de como havia sido o comportamento no agregado, no conjunto da economia brasileira, dos efeitos de certas políticas sobre a pobreza no Brasil.

A pobreza, hoje, é objeto – e ainda bem – de muita atenção. Todo mundo está preocupado com a questão da pobreza. E é verdade, temos que nos preocupar mesmo, porque é uma grande questão.

Agora, essa preocupação tem que ser vista à luz tanto de problemas dessa natureza, como o Comunidade Ativa, quanto dos programas sociais de amplo espectro, universais, de educação, saúde, etc., como, também, da relação entre a questão social e a questão econômica.

Quando se vêem os dados – e os dados são disponíveis. Não vou distribuir. Aprendi com o Governador Montoro que a gente deve sempre, quando alguém vem nos visitar, entregar um panfletinho, um pouquinho de propaganda. Mas não trouxe. São muitos, numerosos aqui. E, ao mesmo tempo, sou pão-duro. Mesmo os meus trabalhos eu bato. Mas os dados são disponíveis. Quando se vê no longo prazo, vai-se notar que no Brasil a redução da pobreza se deu em dois momentos, tomando os últimos 20 anos – dois momentos. Dependendo do nível de definição de pobreza, mas nos dados de que eu disponho, que são todos do IBGE, da PNAD, etc. – são dados dos institutos mais sérios do país –, a pobreza andou pela casa de 50% da população, definida uma linha de pobreza  $x - 50\%$  da população. Em certos momentos, chegou a quarenta e tantos e tal.

Houve um momento em que se deduziu drasticamente a porcentagem da população que, por esse critério, era considerada pobre. Qual foi? Foi o Plano Cruzado. No Plano Cruzado, houve uma queda, e caiu para trinta e poucos por cento da população. Em seguida, voltou o nível da pobreza, não aos 50%, aos quarenta e poucos. Depois, houve um segundo momento, que foi o Plano Real. Caiu, de novo, para trinta e poucos. E o Plano Real se manteve, porque a estabilidade se manteve.

Qual é a lição a tirar daí? A lição a tirar daí é que, não havendo a estabilidade econômica, a pobreza aumenta. Os dados são inequívocos. Nesses dois momentos da História recente do Brasil, o que se conseguiu? Controlar a inflação. O Cruzado e o Real controlaram a inflação. Um, mais momentaneamente, por fatores que não vem ao caso discutir. O outro, mais permanentemente, que é o caso do Real. A proporção da pobreza caiu drasticamente. Essa é a primeira conclusão.

Segunda: depois que cai, pela estabilização, outras políticas têm que vir, porque, senão, pára naquele nível, porque o efeito imediato

da estabilização foi a redução da pobreza. Por quê? Porque o salário, como eu dizia tanto, na época em que fui Ministro da Fazenda, se desfazia como sorvete no bolso do pobre. Não se desfaz mais como sorvete, mas o tamanho dele é pequeno. Então, melhora naquele momento, porque melhora a porcentagem de pobreza, mas não é o suficiente para dar continuidade a esse programa de redução da pobreza. É preciso ter, aí, sim, políticas sociais, políticas focalizadas, como esta aqui, e também melhoria da produtividade, da renda e, portanto, do salário.

Essa é a fórmula. Não tem milagre para a redução da pobreza: manter a estabilidade da economia, programas sociais focalizados e o aumento de produtividade e de renda, de tal maneira que isso surta efeito sobre a condição de vida da população.

Facílimo de falar. Dificílimo de fazer. Temos feito o possível e o impossível para garantir isso, contra a opinião de muita gente. Tem muito sábio aí – e muito oportunista também – que no primeiro tremor de dificuldades: “Acabou tudo. Vai para o espaço. Essa política está errada.” Não está errada. Vamos manter a estabilidade porque ela é essencial para a continuidade da redução da pobreza. Não vamos cruzar os braços com a estabilidade. Vamos aumentar a produtividade e retomar o crescimento.

Aliás, hoje é até um bom dia para dizer isso, porque a taxa de juros é a mais baixa desde 1986. Desde 1986, a taxa de juros não era tão baixa no Brasil. Condição necessária para que avancemos mais no crescimento econômico. Mas, para chegar aí, foi preciso, primeiro, dizer “não”, “não”, “não” a todos aqueles que tinham idéias rapidamente inovadoras e que queriam voltar ao passado: “Fecha a economia, deixa a inflação voltar, baixa os juros sem poder.” Isso tudo não dá certo. Isso tudo dá em desastre. Nós resistimos ao desastre. Colhemos todos os frutos? Não. Vamos precisar continuar persistindo. Mas essa é a fórmula.

E, portanto, se o tripé é esse, se o tripé é estabilidade, retomada do crescimento com produtividade e mais renda e políticas sociais focadas, esse programa é um dos pés desse tripé fundamental.

Vamos dar todo o apoio que for possível ao Comunidade Ativa, porque ele é um programa que ajuda a redimir a nossa dívida social, que é enorme, mas que tenho a convicção de que este governo começou a pagar, coisa que muitos poucos fizeram.

Muito obrigado.